

TERESOPOLITANAS

Reprodução/Estacio



Aulas serão sempre às 19h e de forma gratuita

Cursos profissionalizantes gratuitos em Teresópolis

A Estácio Teresópolis está com inscrições abertas para o Projeto AVANÇA +, iniciativa que oferece cursos profissionalizantes gratuitos e presenciais para moradores da região que desejam se qualificar, se atualizar ou conquistar novas oportunidades no mercado de trabalho. Os

cursos acontecem entre os dias 01 e 12 de dezembro, sempre das 19h às 21h40, no próprio campus da instituição. As vagas são limitadas e os participantes receberão certificado de conclusão, o que pode ser um diferencial na busca por emprego ou promoção na carreira.

‘Entre Pares’

Os professores de Teresópolis têm até o próximo dia 24 para se inscrever no programa de formação continuada ‘Entre Pares’. A iniciativa reconhece e valoriza a educação de qualidade.

Celebração I

A Biblioteca Municipal Antônio Paulo Capanema de Souza, atualmente localizada na sede da Secretaria M. de Educação de Teresópolis, celebra 85 anos de criação neste mês de novembro.

Projetos

Serão selecionados ao todo os 20 projetos, considerando a pertinência aos eixos temáticos propostos no edital <https://l1nk.dev/processoseletivopmt>, para realização de oficinas.

Celebração II

Para comemorar, foi promovido um evento que contou com a abertura de uma exposição, que conta com 50 fotos que percorrem os 85 anos de história da biblioteca, desde a inauguração, em 1940.

TCE-RJ reprova contas de 2024 de Vinícius Claussen

Falhas na Educação e Previdência foram sinalizados pela corte

Por Gabriel Rattes

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) emitiu parecer prévio contrário à aprovação das contas do exercício de 2024 da Prefeitura de Teresópolis, sob a gestão do ex-prefeito Vinícius Cardoso Claussen da Silva. A decisão foi proferida pelo conselheiro José Gomes Graciosa no último dia 28 de outubro, após análise técnica da Coordenadoria Setorial de Contas de Governo Municipal e manifestação do Ministério Público de Contas, que concordou com o parecer pela reprovação.

Essa é a segunda reprovação consecutiva das contas do ex-gestor. Em agosto, o TCE já havia rejeitado as contas referentes a 2023, apontando uma série de improbidades e descumprimentos legais.

Irregularidades

Na decisão de 2024, o Tribunal destacou cinco irregularidades principais:

- Falta de equilíbrio financeiro no exercício, violando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);



Ascom/ Teresópolis

Claussen não aplicou o mínimo de 25% na educação

- Descumprimento do artigo 42 da LRF, que proíbe o gestor de contrair despesas nos últimos meses de mandato sem recursos para pagá-las;

- Fundeb com saldo insuficiente para cobrir os recursos não aplicados, em desacordo com a Lei Federal nº 14.113/20;

- Aplicação abaixo do mínimo constitucional de 25% na

Educação, conforme o artigo 212 da Constituição Federal;

- Falta de repasse integral das contribuições previdenciárias devidas pelos servidores e pela prefeitura ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), contrariando a Lei Federal nº 9.717/98.

O TCE ainda determinou que o atual prefeito, José Leo-

nardo Vasconcellos de Andrade, garanta acesso do ex-prefeito às documentações contábeis do município para que ele possa se manifestar, caso queira.

Histórico de reprovações

Com a nova decisão, Vinícius Claussen acumula três reprovações de contas de governo no Tribunal de Contas — referentes aos exercícios de 2020, 2023 e 2024. As decisões do TCE são pareceres prévios, e a Câmara Municipal de Teresópolis será responsável por julgar politicamente as contas, podendo confirmar ou reverter o parecer.

A reprovação reforça o cenário de crise financeira herdada pela atual gestão. Logo no início do ano, o prefeito Leonardo Vasconcellos decretou estado de calamidade financeira, citando passivos e desequilíbrios deixados pela administração anterior.

Procurado pela redação, o ex-prefeito Vinícius Claussen, que governou o município entre 2018 e 2024, ainda não se manifestou sobre o novo parecer do Tribunal até o fechamento desta edição.

MPRJ tenta impedir custeio próprio de Teresópolis em evento gospel

Por Leandra Lima

Em uma tentativa de impedir que o município de Teresópolis custeie, com recursos próprios, o evento gospel “Clama Teresópolis” previsto para acontecer no dia 15 de novembro, o Ministério Público do estado do Rio de Janeiro (MPRJ) entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) com pedido de liminar, a fim de cancelar os gatos. O Executivo separou R\$ 310 mil para o pagamento de apenas dois shows, que integram a programação do festival, que também conta com pregações e orações.

Recursos do Turismo

A prefeitura por meio de inexigibilidade de licitação, contratou a cantora gospel Gabriela Rocha para um show de 90 minutos por R\$ 250 mil. O mesmo ocorreu com o cantor da mesma linhagem, Marcelo Nascimento que também fará uma apresentação de 90 minutos, por R\$ 60 mil. Os recursos de acordo com a publicação no Diário Oficial do município, saíram da Secretaria de Turismo.

MPRJ reage

O Ministério entendeu que o evento denominado pela prefeitura como “um dia de muito louvor, palavra e adoração”, fere o princípio de da laicidade do Estado, da constituição Federal, que ressalta a separação da religião com governo, no sentido de não doutrinar e deixar livre a expressão religiosa dos cidadãos sem promover nenhuma vertente.

De acordo com o MPRJ, a iniciativa é organizada em parceria com o “Conselho de Pastores Evangélicos de Teresópolis (COPETE)”. Com isso, na petição, o órgão ressalta que o caso não trata da mera disponibilização de espaço público, mas de financiamento direto de atividade religiosa específica, em desacordo com a Constituição, o que pode ser considerada inconstitucionalidade.

Crise financeira

Além do expresso, a Promotoria destacou que Teresópolis



Ascom/PMT

Para o MPRJ, o evento fere o princípio da laicidade

enfrenta grave crise financeira, ha avista decretadou estado de calamidade pública no início do ano, que foi encerrada em abril. Quando o decreto foi instaurado, o município estava com dívidas milionárias e atraso no pagamento de servidores e prestadores de serviços essenciais, como hospitais conveniados ao SUS.

No processo, a Promotoria disse que o processo é irregular pois ignora os problemas estruturais para o funcionamento de áreas básicas da cidade. “Não é concebível que, diante da precariedade dos serviços básicos e da escassez de recursos para áreas essenciais, o município destine verba expressiva à realização de um culto religioso específico, o que afronta a neutralidade exigida pela Constituição e compromete a isonomia no tratamento entre diferentes crenças”, descreve o MPRJ na ação.

Figurinha repetida

A prefeitura de Teresópolis também sofreu uma ação do MPRJ em setembro pelo mesmo motivo, gastos públicos com shows, na ocasião foram gastos cerca de R\$ 800 mil na apresentação do cantor Leonardo. Os recursos também foram retirados da Secretaria de Turismo. Foi pedido a suspensão imediata do contrato.

Prática é comum na Serra

Em Nova Friburgo, os gastos do evento “Reforma Protestante”, também gospel, foi criticado pelo vereador Maicon Gonçalves (Mobiliza), que denunciou em plenária na última semana, à falta de transparência da Prefeitura de Nova Friburgo, no que tange aos valores destinados aos shows do festival que aconteceu no dia 31 de outubro.

De acordo com o parlamentar, foram destinados cerca de R\$ 1 milhão em apenas três shows musicais e esses dados não estavam discriminados para a população, conforme determina a lei municipal destinada aos grandes eventos, que cita a obrigatoriedade de organizadores de eventos públicos realizados na cidade, com apoio, patrocínio ou execução total ou parcial por parte do Poder Público, a instalação de placas ou painéis informativos com dados sobre os valores públicos investidos.

A Reforma Protestante, contou com aproximadamente sete shows. Como o site da Prefeitura de Friburgo está em transição, o Correio Petropolitano teve acesso aos valores de apenas três shows no Diário Oficial, sendo eles do cantor gospel Thalles Roberto e a Banda Morada, que foram contratados por R\$ 190 mil, e da cantora Nívea Soares, por R\$ 100 mil.

Apesar da denúncia do

parlamentar, o Executivo esclareceu que, mesmo ainda havendo dúvida sobre a constitucionalidade da lei, o Município a cumpriu na íntegra durante a realização do último evento, a Reforma Protestante.

No local a Prefeitura deixou uma mini placa, que foi alvo de críticas e piadas da parte da população, pois se assemelhava a uma cartolina, e descreveu que dos cofres públicos saíram R\$ 1,5 milhão.

O caso na cidade, relembrou os grandes desvios que vieram à tona neste ano, que envolvia o ex-secretário municipal de Turismo de Nova Friburgo, Renan da Silva Alves e ao ex-subsecretário da pasta, Ozório Junior Tardin da Silva e empresários locais. Segundo o MPRJ, as análises apontaram indícios de fraudes em licitações realizadas para o evento “Um Encanto de Natal”, nos anos de 2023 e 2024.

Na ocasião os investigados teriam articulado um esquema que favorecia determinadas escolas de samba e empresas em contratações públicas, cujo sistema fraudulento funcionava mediante propina e fabricação de documentos falsos. A Promotoria de Investigação Penal de Friburgo, informou que a licitação de 2024 resultou em contrato de R\$ 1,3 milhão com uma empresa possivelmente ligada a familiares de Hivlan Freiman.

Carnaval Superfaturado

Além de Friburgo, o município de Três Rios foi acusado de supostamente superfaturar shows do “Carnaval” de 2024. Na época foram contratados cantores de renome nacional com valores expressivos: Alexandre Pires - R\$480 mil; Belo - R\$350 mil; Tiê - R\$150 mil; Diogo Nogueira - R\$185 mil; Dilsinho - R\$250 mil.

As contratações foram questionadas ao então prefeito Joacir Barbaglio, que não declarou nada. Diante da situação, a vereadora Bia Bogossian (PSD), perguntou se o Executivo considerou, por exemplo, os problemas na saúde e o porquê de os shows custarem até o dobro do valor cobrado em outras cidades.

CORREIO SERRANO

JOGOS

Nesta terça-feira (11), a partir das 15h30, a Região Serrana recebe o segundo dia da Semana Internacional de Jogos, com uma programação em Areal, reunindo representantes do poder público, universidades, empreendedores e profissionais do setor na Câmara Municipal da cidade. As atividades integram o Festival GamesDevConnection, promovido pela Associação de Criadores de Jogos do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com instituições locais.



Divulgação

O festival é colaborativo

Objetivo

A programação foi concentrada em Areal, com uma reunião às 15h30, na Câmara, entre representantes da ACJOGOS-RJ e do prefeitura, com a presença do vereador Samuel Sanserverino e das secretarias de Educação, Cultura e Desenvol-

vimento Econômico. O encontro tem como pauta o papel da interiorização das políticas públicas de inovação e cultura digital, além da apresentação de projetos de lei e propostas voltadas ao desenvolvimento do setor criativo e tecnológico.

Leilão

A concessionária Arteris S.A. foi a vencedora do leilão da BR-101, que liga Niterói com a divisa do Rio de Janeiro com o Espírito Santo, terá concessão de 22 anos e um investimento previsto de R\$ 10,1 bilhões no período de administração.

Ronda

O vereador de Paraíba do Sul, Diogo Jacaré, o projeto de lei que cria a ‘Ronda de Proteção à Infância’. A medida visa combater a violência contra crianças no município e a realização de ações educativas as escolas.

Conferência

A Prefeitura de Nova Friburgo realizará nesta quinta-feira (13), a terceira conferência municipal de ciência, tecnologia e inovação. O encontro que vai reunir universidades, empresas, empreendedores, pesquisadores e o poder público.

Visita

O prefeito de Três Rios, Jonas Dico, o vice Liliu e o secretário de Obras, Ricardo Monteiro, estiveram na tarde desta segunda (10), no gabinete do secretário de Estado de Meio Ambiente, Bernardo Rossi. Dico pontuou as novas demandas para o município.